

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Divisão de Atos de Concessão

Servidor: MARIA LINDALVA BARROS
CPF: 102.512.861-34 - **Matrícula:** 1153226
Tipo de Ato: REVISÃO DE APOSENTADORIA - **Processo:** 61047210/1998
Cargo: Técnico em Saúde - Classe Especial - Padrão V
Número do Ato: 014477-3
Órgão de Origem: Sec. de Estado de Saúde (SES)

Senhor Diretor,

Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de revisão da aposentadoria da servidora em epígrafe.

Ressaltou-se, na instrução precedente, que a concessão em exame foi objeto de análise simplificada, conforme autorização contida no item II.1 da Decisão nº 6003/15.

O Controle Interno opinou pela legalidade do ato.

A aposentadoria foi apreciada no Processo nº 2060/99 e considerada legal mediante a Decisão nº 6511/99.

Cotejando os dados do ato em comento com informações extraídas do SGRH | SIAPE verificou-se a acumulação do cargo da concessão em exame com o cargo de Auxiliar de Enfermagem, vinculado ao Ministério da Saúde. Pontuou-se que tal acumulação encontrava amparo no artigo 37, inciso XVI, alínea “c” da Constituição Federal, ressaltando-se, todavia, que o vínculo com o órgão federal estava ativo. Também não se vislumbrou incompatibilidade de horários posto que a carga horária na SES/DF era de 24 horas, enquanto no Ministério é de 40 horas semanais.

Nada obstante, concluiu-se na instrução precedente que a incapacidade que acometeu a servidora a inabilitaria para o exercício de suas atividades laborais em ambos os vínculos ou a impediria de manter a revisão nos termos em que concedida em função do que dispõe a Lei Complementar 769/2008:

Art. 18 (...)

§ 8º O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno, inclusive em caso de exercício de cargo eletivo.

Ao examinar a matéria, o ilustre Relator do feito teceu considerações acerca da necessidade de a servidora se tornar inválida. Com a devida vênia, transcreve-se fragmento do i. voto:

“Nada obstante, o Corpo Técnico, quero crer, utilizou-se de interpretação lógico-sistemática, ao invocar a norma contida no §8º do art. 18 do mesmo diploma legal para questionar se a jurisdicionada estaria observando a necessidade de a servidora se tornar inválida – e não apenas ser acometida de doença especificada em lei – para fazer jus à revisão de proventos de que se trata. Eis o que dispõe a norma invocada:

§ 8º O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno, inclusive em caso de exercício de cargo eletivo.

Em rigor, a literalidade desse dispositivo legal, como se vê, apenas inviabiliza que o servidor aposentado por invalidez permaneça nessa situação e, ao mesmo tempo, volte a exercer outra atividade laboral, restrição essa que não afetaria a situação da servidora Maria Lindalva Barros, uma vez que ela se aposentara voluntariamente. Daí porque concluí que a Sefipe efetivamente se utilizou da interpretação lógico-sistemática para concluir que, independentemente da modalidade da aposentadoria, o servidor fará jus à revisão de proventos amparada no §9º do art. 18 da LC nº 769/08 se, e somente se, tornar-se inválido.

Parece-me ter agido corretamente o Corpo Técnico.

A melhor interpretação é sempre aquela que busca a harmonia do sistema normativo. Se não basta ao servidor ser acometido de doença especificada em lei para ser aposentado por invalidez, sendo necessário ainda que junta médica o declare incapaz para as atribuições do cargo (inválido), não parece razoável que, para fazer jus à revisão de proventos, seja requisito isolado o acometimento dessa doença. Seria dar tratamento diferente para, no meu entender, situações similares.”

Nesse sentido, o Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, proferiu a Decisão nº 3114/2016, ora transcrita:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – deliberar no sentido de que a revisão de proventos de que trata o §9º do art. 18 da Lei Complementar nº 769/08 somente será devida se o servidor, além de ser acometido de doença especificada em lei, tornar-se inválido, tudo atestado por junta médica oficial; II – autorizar que se dê ciência desta deliberação a todos os jurisdicionados desta Corte; III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências com relação ao ato/Sirac nº 14477-3: 1) examinar se a situação da servidora se enquadra ao contido no item I acima, tendo em vista que ela ainda se mantém ativa junto ao Ministério da Saúde, sob a matrícula 0528262; 2) em caso afirmativo: a) retificar para “Sim” a informação do campo “Paridade”, constante da aba “Histórico”, tendo em vista que a aposentadoria da servidora se deu com base no §4º do artigo 41 da LODE;

b) retificar o ato que concedeu a revisão de proventos com vistas a indicar a classificação funcional da servidora, qual seja: Cargo de Técnico de Saúde, Classe Especial, Padrão V, promovendo os devidos registros no Sirac (aba “Dados da Concessão”); 3) em caso negativo, cientificar a servidora para que, querendo, apresente a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias da sua ciência, a defesa que julgar cabível para a manutenção da revisão de seus proventos formalizada por ato publicado no DODF de 09.12.14. (sem grifo no original)

A Decisão nº 3114/2016 foi reiterada pela Decisão nº 5644/2016, conforme sugestão desta SEFIPE, com alerta à Secretaria de Estado de Saúde do DF para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da LC nº 01/94, caso a nova determinação não fosse atendida.

Após, mediante a Decisão nº 3345/2017, recebida na SES/DF em 24/07/2017, o Tribunal determinou à SES/DF que adotasse as providências arroladas na Decisão nº 3114/2016, acima transcrita. Resolveu, ainda, alertar novamente o Secretário acerca da sanção referida no parágrafo precedente e aplicou-lhe multa.

O Secretário, por meio do Ofício nº 548/2017-SES/GAB, de 04/09/2017, protocolizado no TCDF em 05/09/2017, solicitou prorrogação de prazo para cumprimento das Decisões nºs 3114/2016 e 5644/2016, que antecederam a Decisão nº 3345/2017.

O Tribunal deferiu o pedido nos termos da Decisão nº 4673/2017, de 21/09/2017, concedendo a prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da Decisão nº 3345/2017, a contar do conhecimento, que ocorreu em 09/10/2017.

A par disso, consoante registros no SIRAC, em 24/10/2017, a jurisdicionada restituiu o ato eletrônico a esta Corte, assegurando o atendimento das Decisões nºs 3114/2016 e 5644/2016. Para esse fim, foram juntados os respectivos documentos na aba Anexo e Observações.

O primeiro documento (Maria Lindalva Barros.pdf) é composto do laudo médico oficial nº 032/2014 que amparou a revisão de proventos, datado, portanto, de 06/11/2014, e do laudo médico oficial nº 052/2014, de mesma data, para fins de isenção do imposto de renda.

O Segundo documento (Maria Lindalva Barros1.pdf) traz ofícios do Ministério da Saúde, os quais tiveram por objeto responder indagações da SES/DF se a servidora se aposentou e/ou retornou à atividade naquele órgão, no período de 29/10/2012 a julho/2016. Os ofícios informam que a interessada é servidora ativa dos quadros daquela Pasta, ocupando o cargo de Auxiliar de Enfermagem, e não esteve aposentada.

O terceiro e último documento (Maria Lindalva Barros2.pdf), possui essencialmente novo laudo médico oficial nº 027/2017, emitido em 05/05/2017, retificado pelo laudo médico oficial nº 046/2017, cuja conclusão segue transcrita:

Considerando o exame pericial realizado em 05/05/2017, concluímos:

Manter a decisão da Junta Médica realizada em 06/11/2014:

“A pericianda é portadora de (omissis), CID 10:C-64.

É doença especificada em lei como (omissis).

Início da doença: 29/10/2012.”

Nota-se que as medidas adotadas não foram suficientes ao atendimento do contido no item III.1 da Decisão nº 3114/2016, que determinou fosse examinado se a servidora, além de ter sido acometida de doença especificada em lei, teria se tornado inválida, o que deve ser atestado pela junta médica oficial. Somente nessa situação seria devida a revisão de proventos prevista no art. 18, §9, da LC nº 769/08.

Consoante correção na aba Histórico e edição dos atos retificadores vistos à aba Dados da Concessão, houve cumprimento em relação ao contido no item III.2, em que pese estar condicionado à resposta afirmativa ao item III.1.

Como foi mantida a revisão de proventos, razoável supor que não foi dada ciência à servidora para que apresentasse defesa para manutenção da revisão de seus proventos, como fora concedida.

Pelo exposto, sugere-se ao Tribunal determinar à jurisdicionada que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, assinando prazo de 30 (trinta) dias, no sentido de:

I - examinar se a situação da servidora se enquadra ao contido no item I da Decisão nº 3114/2016, juntando à aba Anexos e Observações o respectivo laudo médico oficial que ateste, além de ser o servidora acometida de doença especificada em lei, haver se tornado inválida, condição sem a qual não possuirá o direito à revisão de proventos estipulada no art. 18, §9º, da LC nº 769/08, tendo em vista que ela ainda se mantém ativa junto ao Ministério da Saúde, sob a matrícula 0528262;

II – em caso da perda do direito à revisão dos proventos por não haver se tornado inválida, cientificar a servidora para que, querendo, apresente a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias da sua ciência, a defesa que julgar cabível para a manutenção da revisão de seus proventos formalizada por ato publicado no DODF de 09.12.14.

À Consideração Superior.

Brasília, 03 de Julho de 2018

FRANCISCO JOSCELY TEIXEIRA ALBUQUERQUE - Mat. nº 5215

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 14:31:19 - 20/07/2018